



AS ELITES, OS INTELLECTUAIS E OS MILITARES

Sérgio Paulo Muniz Costa

"Os intelectuais têm o direito de empenhar-se em combates duvidosos."

Raymond Aron — In "Mémoires"

O artigo procura interpretar a visão das elites e dos intelectuais civis em relação às Forças Armadas, comenta as críticas usuais ao Movimento de Março de 1964 e faz uma avaliação do cenário nacional, caso esse Movimento não tivesse acontecido.

As Forças Armadas, em particular o Exército, são vistas com reservas, desconfiança e má vontade por alguns setores da sociedade brasileira. A maioria das pessoas que forma a opinião pública não conhece o Exército, seja pela reduzida percentagem de aproveitamento dos jovens para a prestação de serviço militar, seja pela inexistência de uma tradição de participação das elites na

formulação de uma política de segurança nacional.

Para esses grupos sociais, normalmente da classe média alta e alta, o Exército é algo com que se preocupar quando alguém da família tem que ser "salvo" do serviço militar. Como maiores consumidores das artes e das ciências, no lazer ou no trabalho, esses grupos entram em contato freqüente com os intelectuais, aquelas pessoas

que têm em comum o propósito de explicar a sociedade, seja por que prisma ou atividade for.

No meio intelectual de uma sociedade livre, proliferam idéias de toda sorte, muitas das quais contribuem para a evolução dessa sociedade. Existe no entanto uma enorme distância entre a criação de uma idéia e a responsabilidade pela sua aplicação. Deixamos então o campo das artes e ciências para adentrar na Política, que procura estabelecer as metas a serem alcançadas por um determinado poder a serviço do bem comum. Segundo Bernard Crick, a atividade política procura conciliar os diferentes interesses, dando-lhes uma participação no poder proporcional à sua importância para o bem-estar e sobrevivência da comunidade.

Idealistas e sensíveis às injustiças, os intelectuais têm a natural propensão, em qualquer parte do mundo, a questionar a Política, argumentando que ela não atende totalmente aos ideais de justiça e liberdade. No entanto, é forçoso admitir que os elevados ideais defendidos pela comunidade intelectual não podem deixar de levar em conta as necessidades de bem-estar e sobrevivência da comunidade como um todo. Além disso, uma história das idéias nos últimos duzentos anos estaria repleta das violências praticadas em nome de elevados ideais. As causas defendidas pelos intelectuais nem sempre são passíveis de ser efetivadas pela Política, e algumas vezes servem aos propósitos de caricatos ditadores eufemisticamente denominados de líderes.

A interação entre pessoas socialmente influentes, porém pouco infor-

madas sobre Forças Armadas, e intelectuais nem sempre coerentes com seus anseios de liberdade, tem sido, na presente conjuntura, desastrosa para as Forças Armadas, particularmente o Exército, e, inevitavelmente, para a Nação. A evolução profissional da mídia brasileira, em particular a televisão, não tem um equivalente do ponto de vista de amadurecimento político. Em sua quase totalidade, quando se trata de Forças Armadas, ela continua explorando o filão ideológico aparentemente inesgotável da interpretação marxista da história recente da vida nacional. No entanto, não é apenas a interpretação marxista do nosso passado recente a única causa de desgastes na imagem das Forças Armadas. Existe também o oportunismo pseudoliberal, que se apressa em taxar os militares de retrógrados, nacionalistas e estatizantes.

Isso não significa dizer que está em andamento uma conspiração de uma mídia toda poderosa, capaz de mobilizar sozinha a opinião pública contra as Instituições Militares. O processo de formação de opinião pública é complexo e é mais prudente visualizar a mídia interagindo com a sociedade. Ademais, a profissão do jornalista é altamente competitiva e, quaisquer que sejam os seus ideais, ele só poderá exercer sua profissão de acordo com as condições impostas pela indústria jornalística.

O que ocorre na realidade é a ação de grupos de interesse, politicamente organizados e financeiramente independentes, que perseguem objetivos próprios numa conjuntura de crise do Estado brasileiro.

Está completa a combinação altamente adversa às Forças Armadas. Pessoas influentes, pouco informadas e interessadas nas Forças Armadas, influenciadas por intérpretes via de regra ideologicamente extremados, compondo grupos política e financeiramente poderosos que perseguem objetivos próprios. Não se trata de uma ficção, nem, tomando emprestado a sentença de um assessor não nominado, de um "delírio persecutório".

À primeira vista, não há nada de mal nisso, uma vez que o conflito numa sociedade pluralista não tem nada de anormal, ainda que seja conveniente evitar a institucionalização de conflitos e praticar simplesmente a sua solução. O que é desnecessário é o envolvimento, *a priori*, das Forças Armadas nesses conflitos. A insistência de determinados grupos em utilizar as Forças Armadas como veículo de suas idéias é uma forma anacrônica de militarismo civil, que remonta às ordenanças da era colonial e que já deveria ter sido abandonada em prol da evolução política brasileira. Infelizmente, esse militarismo civil está cada vez mais atuante, à direita e à esquerda. O outro erro de enfoque é a obsoleta visão do Exército como instrumento da classe dominante. O Exército é instrumento do Estado a serviço da Nação. Desde sua organização, ele obedeceu às diversas Constituições, elaboradas por grupos eventualmente predominantes, através do jogo político, e não apenas por uma classe estigmatizada como dominante.

Certamente não desejamos, brasileiros, civis ou militares, na nossa so-

cidade, a repetição do drama da Terceira República Francesa, que cultivou a erva suicida da discórdia e da desconfiança classista, mal disfarçada pelo nacionalismo marcial do início do século e despididamente exposta na década de trinta, às vésperas de sua implosão moral, que antecedeu a avalanche fascista, externa e interna.

É importante salientar que as nações mais bem sucedidas do ponto de vista econômico, político e social não têm no seu âmago uma brecha entre civis e militares. Os militares são a personificação institucionalizada do espírito marcial de qualquer nação, que se orgulha de possuí-los como uma síntese de seus valores e como um instrumento de defesa. Privar uma nação desse sentimento é amputar-lhe uma parte legítima, é impor-lhe um sofrimento surdo que ela não entende e que só aquelas que foram derrotadas precisam amargar. Sem precisar recorrer ao militarismo, civil ou militar, e sem militarizar a sociedade, uma nação deve preservar suas tradições militares e delas se orgulhar, permitindo que todos os cidadãos as compartilhem como seu patrimônio.

Um exemplo lamentável da privação desse sentimento de orgulho que boa parte dos brasileiros gostariam de experimentar a respeito de suas Forças Armadas ocorreu quando um famoso jornal, durante a cobertura da Guerra do Golfo, estampou na primeira página a fotografia de um brasileiro naturalizado norte-americano uniformizado como oficial do Exército dos Estados Unidos, projetando uma imagem de herói, enquanto que, na mesma

época, militares brasileiros foram mortos no cumprimento do dever em seus postos na Amazônia e não tiveram, nem de longe, o tratamento que o jornal deu ao brasileiro naturalizado. Constatamos a existência de uma grave ferida no psicossocial da Nação.

O jargão sempre disponível para criticar os militares brasileiros é a "ditadura militar", aí incluídos "golpe de 64", "repressão", "tortura". Essa retórica tem uma enorme gama de aplicações, desde plataforma eleitoral de novas carreiras políticas, até desfibrilador de enfartadas campanhas eleitorais. É dessa fonte que aquela combinação elite-intelectual-interesse se vale para ocupar espaço na imprensa e atingir seus objetivos, sejam eles políticos, econômicos ou psicossociais e, porque não, até pessoais.

É, no mínimo, uma imprudência acreditar que se não houvesse o Movimento de 31 de Março de 1964 o Brasil teria continuado, sem graves convulsões, sua evolução como sociedade livre, pluralista e democrática. As ameaças, as declarações e os fatos, amplamente documentados na época, são hoje esquecidos, comprovando a aplicação da sinistra assertiva de George Orwell, autor de 1984: "Aquele que tem o controle do passado controla o futuro."

É, no máximo, um hermetismo oportunista tupiniquim esquecer que a contestação sistemática da contracultura desaguaria inevitavelmente, nos anos 60 e 70, na luta armada, como ocorreu no Brasil, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, fosse qual fosse o adjetivo do regime vigente.

Como destacou o Embaixador Merquior, ao proclamar seu paraíso erótico e lúdico, Marcuse inaugurou a luta entre libido e sociedade, garantindo assim, através da psicanálise, a continuidade da revolução, caso sua versão proletária fosse obstaculizada por algum escorregão da História. Os remanescentes dessas seitas escatológicas esperam, até hoje, o final do ano de 1968.

Numa conjuntura mundial de paz morna e guerra fria, enfrentando técnicas e táticas só conhecidas por aqueles "defensores abnegados da democracia" que haviam cursado escolas especializadas em Cuba e na Coreia do Norte, o governo brasileiro enfrentou, dentro das limitações que o grau de evolução das Instituições permitia, o desafio do terrorismo. Para tal empregou as Forças Armadas, como instrumento do Estado e a serviço da Nação que, por não saber que estava sendo "libertada", esperava que as Forças Armadas, em particular o Exército, atendesse à sua necessidade social básica de segurança, comprometida por uma minoria que não hesitava em matar ou roubar para impor as suas verdades.

Para aqueles que questionam essa interpretação existem algumas perguntas. O que aconteceria com o Brasil, ou, como alguns preferem, com a sociedade, se aqueles grupos armados nascidos da onda contestatória que varreu o mundo ocidental de Berkeley até Paris, tivessem alcançado o poder? A sociedade seria melhor do que é hoje? Quantos milhares de mortos iríamos lamentar quando nos uníssemos ao

coro dos arrependidos da História inaugurado após a Queda do Muro de Berlim? E ainda que eles não tivessem alcançado o poder, mas continuassem a existir como tais, com que países da América do Sul nós nos assemelharíamos hoje?

Ampliando um pouco o campo das nossas dúvidas, caberia fazer ainda mais algumas perguntas. No final dos anos 60 e início dos 70, qual o partido político brasileiro, ou mesmo, quais lideranças políticas estavam sinceramente interessados em assumir o Poder e, conseqüentemente, a responsabilidade política da luta contra a subversão? Supondo que na época fossem removidos todos os obstáculos à transmissão do poder para um regime funcionando na plenitude das liberdades democráticas, haveria lideranças nacionais ou regionais capazes de formular uma resposta eficaz ao problema, enquadrando as forças militares e policiais sob a direção política do Estado? Caso ocorresse essa transição, a despeito de falta de condições, qual a probabilidade de vivermos o mesmo drama de um outro país vizinho na mesma época? São perguntas difíceis de responder. A solução da questão parece estar na compreensão da extensão da fragilidade das instituições políticas brasileiras naquela quadra, que aos militares não interessaria ultrapassar, se as mesmas atendessem às suas finalidades sociais básicas.

O Exército não é um ministério. Ele é uma Instituição, respondendo à demanda da necessidade social básica de segurança, sendo portanto *permanente* simplesmente porque essa neces-

sidade também o é. Ele não é nacionalista porque é suficiente e inquestionavelmente *nacional*, não estando à disposição para campanhas de grupos de interesse, nem precisando professar qualquer ideologia substituta para cumprir sua missão. Seus integrantes, profissionais ou temporários, praticam o civismo e pautam suas vidas pelo patriotismo, por mais exótico que isso pareça a determinadas pessoas.

Os militares formam um grupo social bem característico. O que mais os incomoda é não serem bem compreendidos por aqueles a quem servem. Morris Janowitz, autor de *O Soldado Profissional*, o mais extenso e profundo estudo sociológico sobre os militares, alertou que, a despeito das modificações do modo de vida, da tarefas cotidianas e de aspirações do militar, as concepções anacrônicas e obscuras sobre a instituição militar persistem porque a sociedade civil, inclusive o público alerta politizado, prefere permanecer desinformado.

Uma importante contribuição para a evolução das instituições políticas nacionais seria a compreensão pelos diversos segmentos da elite brasileira do papel dos militares na vida nacional, o que ajudaria o desmobilizar desconfianças e preconceitos mútuos, alimentados pela insistência em perpetuar uma guerra que conspira contra a grandeza do Brasil e que nega, através do ranço ideológico, a nossa tradição de conciliação.

Afinal, por serem instrumento da Política, no sentido maior da palavra, ao contrário dos intelectuais, eles não podem "empenhar-se em combates duvidosos".



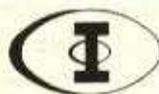
Major de Artilharia SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA. Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Serviu no 29º GAC, Cruz Alta-RS, no 32º GAC, Brasília-DF e no 14º GAC, Pouso Alegre. Foi Instrutor do Curso de Artilharia do CPOR-R, Instrutor-Chefe do NPOR do 14º GAC, Instrutor da Divisão de Ensino, e Comandante da 2ª Bateria de Cadetes do Corpo de Cadetes da AMAN, e Instrutor do Centro de Estudos de Pessoal (CEP). Atualmente é aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A CONJUGAÇÃO INTELIGENTE ENTRE O INTERESSE DO ESTADO E A EFICIÊNCIA DA INICIATIVA PRIVADA



Esse o segredo do empreendimento cujo sucesso representou a solução cabal do grave problema crônico de fabricação de munições de artilharia no Brasil.

A FI é uma empresa privada de capital nacional, que opera instalações industriais da Marinha, sob regime de arrendamento, estando apta a produzir munições na faixa de 35mm a 155mm.



FI INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Esc. Av. Rio Branco, 26 - 8º andar - Rio de Janeiro - Brasil
CEP 20090 - Tel. (021) 233-1188 - Telex: (021) 23997 FII LBR

Fáb. Av. Brasil, km 45 - CEP 23000 - RJ - Tel.: (021) 394-9797